



AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP
GROUPE DE LA BANQUE AFRICAINE
DE DEVELOPPEMENT



DOCUMENTO DE SÍNTESE

Desenvolvimento Sem Fronteiras: Alavancando a Diáspora Africana para o Crescimento Inclusivo e o Desenvolvimento Sustentável em África.

Palestrantes: S. Ex.^a Dr. Akinwumi Adesina, Presidente do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento e S. Ex.^a Moussa Faki Mahamat Presidente da Comissão da União Africana

Diálogo sobre políticas G-COP

Organizado pelo Instituto Africano de Desenvolvimento, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento sob os auspícios da Série de Diálogo sobre Políticas da Comunidade Global de Práticas (G-CoP)

1 DE DEZEMBRO DE 2022; HORÁRIO 12.00 – 17.00 HORAS GMT (HEMISFÉRIO OCIDENTAL)

2 DE DEZEMBRO DE 2022; HORÁRIO 08.00 – 13.00 HORAS GMT (HEMISFÉRIO ORIENTAL)

1. INTRODUÇÃO

Durante décadas, o desenvolvimento de África continuou a registar um atraso em comparação com outros continentes. O desfasamento é em parte atribuído ao baixo desenvolvimento do capital humano e económico do continente, particularmente, o êxodo de profissionais qualificados do continente. A União Africana estima que cerca de 70.000 profissionais qualificados emigram de África todos os anosⁱ. Esta é uma das maiores taxas de imigração de profissionais qualificados no mundo. Desde 1990, o número total de migrantes africanos que vivem fora da região, incluindo profissionais qualificados, mais do que duplicou para cerca de 20 milhões em 2020 (anexo 1), sendo o crescimento mais acentuado na Europa. A maioria dos migrantes africanos que vivem fora da região residiam na Europa (11 milhões), Ásia (quase 5 milhões) e América do Norte (cerca de 3 milhões)ⁱⁱ. Em 2020, o Egito, Marrocos, Sudão do Sul, Sudão e Argélia foram os principais países africanos de emigrantes. A Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento estima que cada profissional migrante africano representa uma perda de 184 mil dólares norte-americanos para África.

A África tem a população mais jovem do mundo, com cerca de 60% da população africana com menos de 25 anosⁱⁱⁱ. Todos os 10 países mais jovens do mundo em idade média estão em África, com o Níger em primeiro lugar, com uma idade média de 15,1 anos^{iv}. Em 2030, prevê-se que o número de jovens (15-24 anos) em África terá aumentado 42%^v. Estima-se que entre 10 e 12 milhões de jovens africanos entrem na força de trabalho todos os anos, mas o continente pode criar apenas cerca de 3,1 milhões de empregos por ano, deixando muitos jovens desempregados^v. Com oportunidades económicas limitadas, muitos jovens africanos continuam a migrar para a Europa, América, Ásia e Oceânia em busca de melhores oportunidades económicas. As questões de segurança, os efeitos multiplicadores de uma governação incompleta, tais como os incentivos políticos inadequados, a falta de infraestruturas, a corrupção e os efeitos adversos das alterações climáticas e dos conflitos, são fatores adicionais que contribuem para a elevada taxa de migração de África e para a fuga de cérebros em massa. Por outro lado, a migração impulsionou os fluxos de capitais, em especial no que se refere às remessas de fundos, à promoção do comércio e do investimento e ao reforço das transferências de conhecimento e tecnologia. O continente, no entanto, não está a aproveitar todos os benefícios da sua diáspora para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A emigração qualificada em grande escala continua a afetar o continente, cujo capital humano já é escasso. A crescente fuga de cérebros está a esgotar significativamente os recursos humanos qualificados de setores críticos nas economias de muitos países africanos, afetando negativamente a capacidade dos países para a investigação, inovação, produção e crescimento^{vi}. O impacto da fuga de cérebros é particularmente generalizado na prestação de serviços públicos no setor da saúde, devido à escassez significativa de médicos ou outros profissionais de saúde. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a média africana do rácio médico-paciente para 26 países africanos para os quais havia dados disponíveis, de 2012 a 2016, era de 0,45 médicos por 1.000 pessoas. Entretanto, em 2015, o número de licenciados internacionais em Medicina (IMGs), com formação africana, a exercer nos EUA atingiu os 13.584 – um aumento de 27,1% em relação a 2005. Isso é equivalente a cerca de um médico com educação africana a migrar para os EUA por dia na última década. Em 2015, 86% de todos os médicos com educação africana que trabalham nos EUA foram treinados no Egito, Gana, Nigéria e África do Sul^{vii}. Tal como observado pelos peritos em saúde da Comunidade Global de Práticas do Banco Africano de Desenvolvimento, este

facto afeta ainda mais a capacidade do continente para construir sistemas de saúde resilientes e inclusivos.

Além disso, a África perde milhares de milhões de dólares em custos de formação de profissionais que depois migram à procura de melhores oportunidades noutros lugares. Por exemplo, formar um médico custa a cada país africano entre 21 mil e 59 mil dólares. No entanto, os países de destino não pagam o custo da formação dos médicos que recrutam. Como resultado, a África perde cerca de 2 mil milhões de dólares por ano ^{vii} através da fuga de cérebros apenas no setor da saúde¹. A perda de médicos e enfermeiros é mais extrema. Por exemplo, a emigração de médicos de Moçambique situa-se atualmente em 75% de todos os médicos formados, Angola (70%), Malauí (59%), Zâmbia (57%) e Zimbabué (51%)^{viii}. Muitos médicos e enfermeiros citam a melhoria das infraestruturas de saúde e outros incentivos de políticas como os fatores de atração que os tiram de África. Mas em cada um deles há um desejo palpável de poder contribuir para o continente do seu nascimento e origens ancestrais.

Com a perda de competências especializadas, os governos são forçados a aumentar ainda mais as despesas com a educação e a formação para compensar os que deixaram o país. A significativa fuga de cérebros enfraquece ainda mais as instituições africanas e a governação democrática, afetando a formulação e a aplicação das políticas adequadas para promover o desenvolvimento económico. O afluxo de migrantes em situação irregular também cria desafios significativos nos países de acolhimento. Por exemplo, conduzem a tensões políticas, económicas ou sociais devido à concorrência por empregos e recursos, entre outros, como atualmente evidenciado na Europa.

Os países africanos têm dificuldade em travar a fuga de cérebros, que provavelmente continuará a curto e médio prazo. Ao mesmo tempo, as estratégias de repatriamento ou as políticas de migração restritivas estão a revelar-se ineficazes, uma vez que as causas profundas da emigração continuam por resolver. Em alguns casos, as condições que conduziram à migração deterioraram-se ainda mais. Estes aspetos levantam questões sobre como os governos podem transformar o desafio da migração no continente num benefício. Como pode o poder da diáspora africana ser alavancado para o desenvolvimento inclusivo e sustentável de África? Poderá a diáspora ser um veículo para a transferência das tão necessárias transferências humanas, económicas, sociais e tecnológicas nos seus países de origem, contribuindo assim para o desenvolvimento económico sustentável?

Para explorar as questões políticas e as questões sobre o papel potencial da diáspora africana na promoção do crescimento inclusivo e do desenvolvimento sustentável em África, o Instituto Africano de Desenvolvimento está a organizar um diálogo político no âmbito da série de diálogos políticos da Comunidade Global de Práticas (G-CoP), com o tema ***“Desenvolvimento Sem Fronteiras: Alavancando a Diáspora Africana para o Crescimento Inclusivo e o Desenvolvimento Sustentável em África.*** O diálogo sobre políticas está agendado para **1 de dezembro de 2022, das 12:00 às 17:00 horas (GMT)** para os delegados do hemisfério ocidental e para **2 de dezembro de 2022, das 08:00 às 13:00 horas (GMT)** para os delegados do hemisfério oriental.

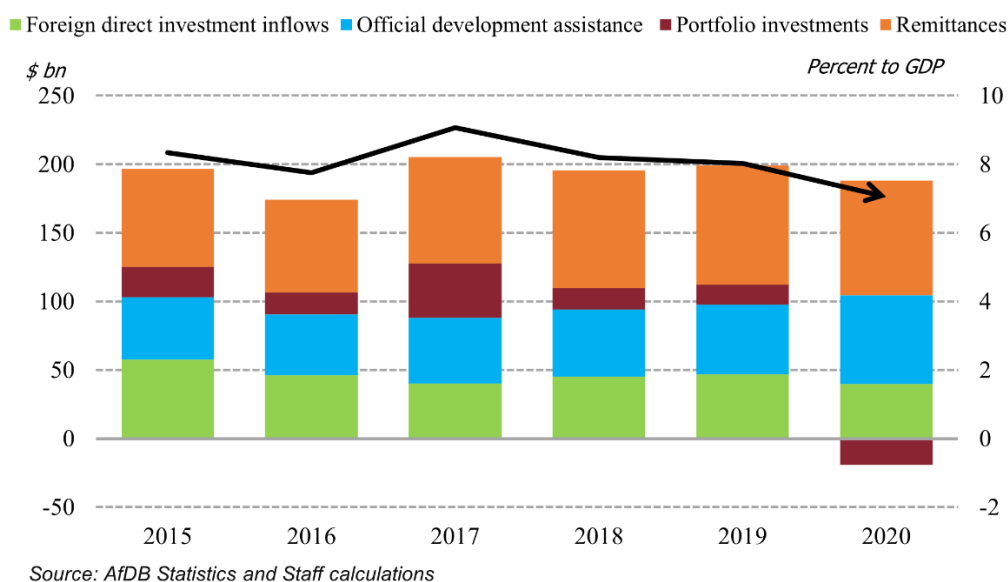
¹ Por outro lado, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) estimou que, para cada país em desenvolvimento, e profissionais com idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos, são economizados 184.000 dólares americanos em custos de formação pelos países desenvolvidos; e considerando que os 27 membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) têm uma força de trabalho de aproximadamente 3 milhões de profissionais formados em países em desenvolvimento, isso poderia resultar numa poupança enorme de 552 mil milhões de dólares para a OCDE (Idahosa Osaretin e Akpomera Eddy, (2012)

2. A DIÁSPORA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÁFRICA

2.1 Remessas: Titularização de remessas e obrigações da diáspora em África

Os fluxos de remessas representam uma importante fonte de entrada externa em África. Nos últimos anos, as remessas ultrapassaram outros fluxos financeiros, incluindo a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) e os investimentos de carteira, para se tornarem as maiores fontes consistentes de afluxos externos em África (Gráfico 1). O continente africano registou um aumento significativo nas remessas líquidas de 37 mil milhões de dólares em 2010 para 87 mil milhões de dólares em 2019. Apesar do declínio de 3,9% para 83,6 mil milhões de dólares em 2020 devido à pandemia^{ix} da COVID-19, as remessas aumentaram para 95,6 mil milhões de dólares em 2021^x. A queda deve-se principalmente à recuperação do crescimento económico em muitos países fornecedores.

Gráfico 1: Afluxos financeiros aos países africanos em percentagem do PIB 2015-2020



Dois países africanos, incluindo o Egito e a Nigéria, estavam entre os dez maiores destinatários de remessas em termos globais, tendo recebido 31,5 mil milhões de dólares e 19,2 mil milhões de dólares em remessas, respetivamente, em 2021 (gráfico 2(a)). Outros dos principais destinatários das remessas em 2021 incluem a Índia (89,4 mil milhões de dólares), o México (54,1 mil milhões de dólares), a China (53,0 mil milhões de dólares), o Paquistão (31,2 mil milhões de dólares), as Filipinas (36,7 mil milhões de dólares), o Bangladesh (22,2 mil milhões de dólares), a França (26,3 mil milhões de dólares) e a Alemanha (20,4 mil milhões de dólares) (gráfico 2a).

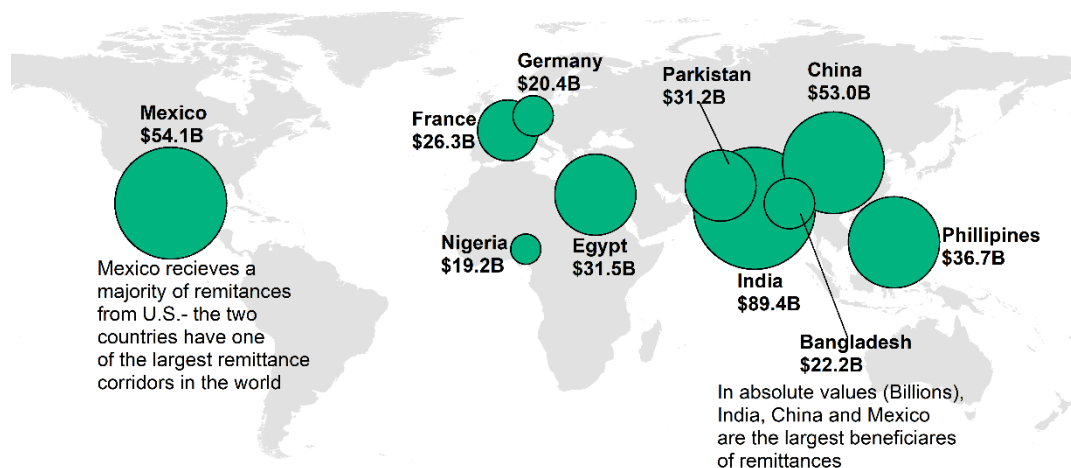
Os países mais dependentes das remessas variam significativamente tanto a nível mundial como em África. Os principais países do mundo com as maiores remessas em percentagem do PIB incluíam o Líbano (53,8%) e Tonga (43,9%) (gráfico 4 b)). O influxo de remessas de Tonga de 220 milhões de dólares contribui para cerca de 44% do seu PIB total. Em 2021, cinco países africanos figuravam entre os países com maiores remessas em percentagem do PIB, mais de 20%, incluindo a Gâmbia (27,0%), o Sudão do Sul (23,9%), a Somália (23,5%), o Lesoto (22,8%) e o Sara Ocidental (19,9%) nos 5.º, 9.º, 11.º, 12.º e 14.º lugares, respetivamente, a nível mundial (gráfico 2b, c)). As remessas da Gâmbia de 545 milhões de dólares contribuíram para quase um terço do seu PIB total. Outros países africanos com remessas elevadas em percentagem do PIB incluíam

Comores (18,8%), Cabo Verde (16,0%), Guiné-Bissau (11%) e Libéria e Senegal, cada um com cerca de 10% das remessas em percentagem do PIB (gráfico 2(d)).

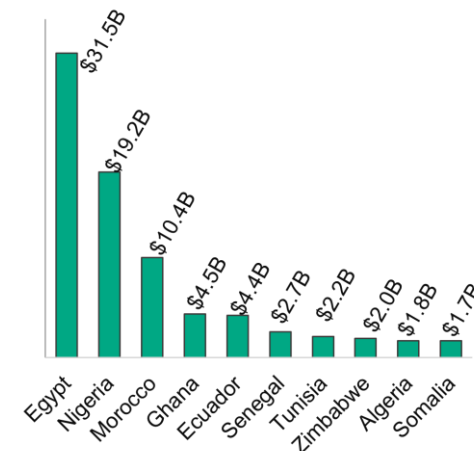
As remessas proporcionam uma fonte de rendimento estável e facilitam o consumo e outras necessidades imediatas de subsistência, especialmente durante as crises. Podem igualmente comportar-se de forma anticíclica relativamente ao ciclo económico do país beneficiário.

Gráfico 2: Principais destinatários de remessas em 2021

(a): Principais destinatários de remessas, em montante, 2021

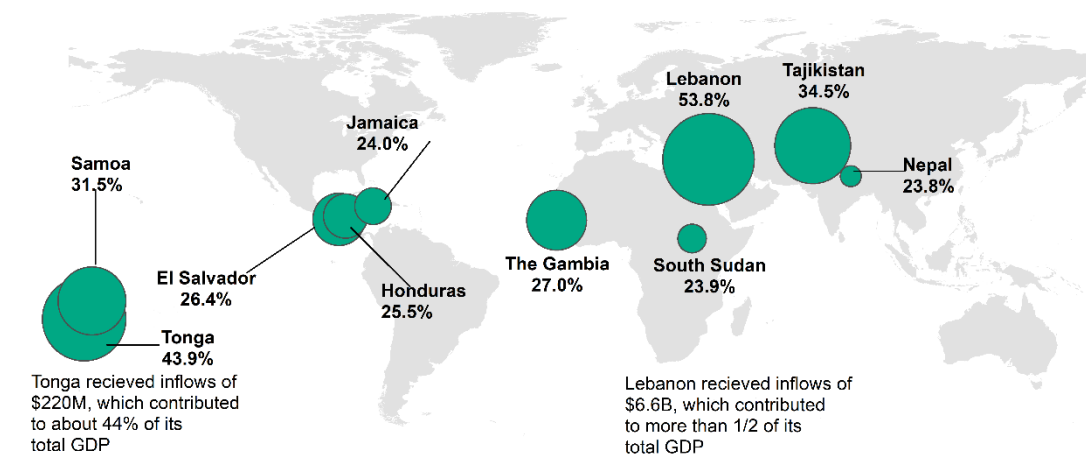


(c) Principais destinatários de remessas em África, em montante em 2021

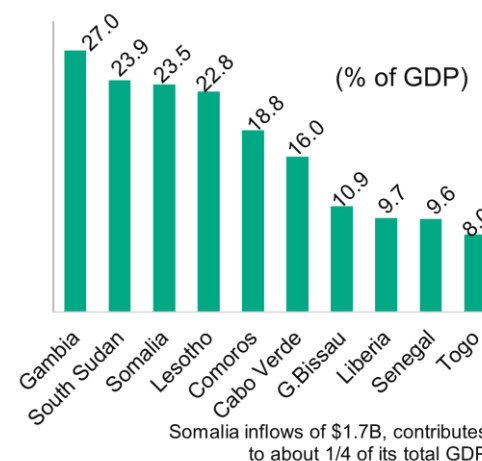


Quão significativas são as remessas; Para onde vão todos esses milhares de milhões?

(b) Principais destinatários de remessas, em % do PIB, 2021



d) Principais destinatários de remessas em África, em % do PIB em 2021



Fonte: Knomad, Banco Mundial (maio de 2022) e cálculos internos

O potencial contributo da diáspora para o desenvolvimento do continente pode ir além das remessas pessoais. Essas contribuições poderão também ajudar atividades filantrópicas de intercâmbio de conhecimentos, aumento das relações comerciais e melhor acesso aos mercados de capitais estrangeiros. As remessas podem também servir como um apoio essencial à solvabilidade de um país e melhorar o acesso aos mercados internacionais de capitais.^{xi} As remessas também estão associadas ao aumento dos investimentos das famílias na educação, no empreendedorismo e na saúde, todos os quais têm um elevado retorno social na maioria das circunstâncias.

O Relatório sobre Migração em África 2020^{xii} estima que 75% das remessas financeiras recebidas são usadas para consumo, incluindo subsistência e habitação. Os 25% restantes são usados para a produção socioeconómica, para a qual cerca de 10% cobrem objetivos de longo prazo, como a educação e a saúde. Em comparação, aproximadamente 15% são utilizadas para poupança e investimento em habitação, pequenos ativos e outras atividades geradoras de rendimento. Um dos principais desafios dos fluxos de remessas em África tem sido o elevado custo das remessas de dinheiro. O custo médio das remessas na África Subsariana é de cerca de 7,8%, superior à média mundial de 6% e à média da Ásia do Sul de 4,3%^{xiii}. O elevado custo é principalmente impulsionado pelos mercados de moeda líquida ou “fina”, concorrência limitada, mercados dominados pelos bancos, altos riscos percebidos de remessas como lavagem de dinheiro, mercados dominados pelo dinheiro físico, baixos volumes de entrada e algumas margens de lucro. Estes desafios servem de desincentivo para as diásporas utilizarem canais informais para enviar dinheiro para os seus países. Estimativas sugerem que a redução dos custos para o objetivo de 3% acordado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) levaria a um adicional de 4 mil milhões de dólares por ano em remessas da diáspora em África. Outros desafios incluem dificuldades no acesso a serviços formais de remessa, canais informais de remessa não regulamentados, desafios de coordenação, lacunas de dados de remessa e mecanismos inadequados para controlar e gerir remessas para fins produtivos além do consumo.

2.1.1 Titularização de remessas da diáspora

O papel das remessas na promoção dos investimentos pode ser reforçado através da sua titularização. A titularização é uma operação que envolve um mutuário potencial que concede créditos futuros em moeda fixa como garantia a uma entidade com objeto específico que emite a dívida^{xiv}. Na maior parte dos principais países mundiais destinatários de remessas, as remessas ajudaram a ajustar-se aos choques externos e macroeconómicos, reduzindo assim a volatilidade do crescimento (Filipinas, México, Paquistão e Índia). Além disso, as remessas forneceram formas alternativas de financiamento de investimentos (China, Índia, Nigéria, Egito), aumentaram as poupanças internas e melhoraram a intermediação financeira (Bangladesh, Paquistão, Filipinas). Tendo em conta os fluxos estáveis e previsíveis de remessas para países africanos, os governos podem prometer futuras remessas como garantia para assegurar empréstimos de fontes internacionais. No entanto, a titularização das remessas ainda é nova em África, com poucas transações implementadas em todo o continente. Por exemplo, através da facilitação do Banco AFREXIM, o Gana solicitou um empréstimo de cerca de 40 milhões de dólares para o seu banco de desenvolvimento, com o empréstimo garantido com créditos de remessas da Western Union. Além disso, na Nigéria, o Banco AFREXIM facilitou um empréstimo de 50 milhões de dólares contra o fluxo de remessas através da MoneyGram^{xv}.

2.1.2 Obrigações da diáspora

As obrigações da diáspora estão a tornar-se cada vez mais populares no financiamento do desenvolvimento. As obrigações da diáspora são instrumentos de dívida emitidos por um país

soberano de origem para angariar fundos, colocando-as entre a população da diáspora, em vez de contrair empréstimos junto do mercado de capitais internacional ou de outros credores. As obrigações da diáspora têm um grande potencial para angariar fundos para o desenvolvimento. O seu custo é geralmente mais baixo porque os investidores são mais motivados pelo zelo patriótico de contribuir para o desenvolvimento dos seus países de origem do que por motivos puramente de rentabilidade. Por exemplo, em 2017, o governo nigeriano emitiu com sucesso obrigações da diáspora para angariar 300 milhões de dólares, que foram subscritos em excesso por 130%. Alguns países fora de África, incluindo Israel, Sri Lanka, Índia, Bangladesh, Paquistão, Líbano e as Filipinas, emitiram várias rondas de obrigações da diáspora e conseguiram angariar fundos para o desenvolvimento. No entanto, alguns países africanos, incluindo o Egito, o Quênia, a Etiópia e o Gana, emitiram obrigações da diáspora com sucesso limitado. Alguns dos fatores para o sucesso limitado incluem o elevado custo das remessas, a perceção do risco soberano e cambial, a capacidade de lidar com requisitos técnicos ou burocráticos para promover obrigações da diáspora no estrangeiro e o aprofundamento financeiro da economia do país beneficiário.

2.2 Diáspora na promoção do comércio e do investimento

A diáspora pode potencialmente desempenhar um papel importante na promoção do comércio. Em primeiro lugar, pode aumentar a disponibilidade de informações de mercado essenciais para o comércio, ajudando os exportadores dos países de origem a encontrar compradores, a melhorar o seu conhecimento do mercado e a cumprir os requisitos governamentais e as normas do mercado. Pode igualmente facilitar o comércio e o investimento bilaterais entre os países de acolhimento e de origem, uma vez que pode ajudar a superar assimetrias de informação e outras imperfeições do mercado e ajudar os produtores de bens de consumo a encontrar distribuidores adequados^{xvi}. Além disso, a utilização do benefício linguístico ou de um contexto cultural semelhante pode ajudar a facilitar a comunicação e a compreender melhor os documentos, procedimentos e regulamentos de transporte.

Os membros da diáspora também podem investir diretamente nos seus países de origem ou de residência, ajudando assim a promover o desenvolvimento empresarial, a criação de emprego, a concorrência, a inovação e as redes empresariais. As estimativas do Banco Mundial em 2015 sugerem que a diáspora africana detém cerca de 50 mil milhões de dólares de investimento nos seus países de residência^{xii}. Para aproveitar essa janela de oportunidade, os governos devem criar ambientes de negócio capacitantes com políticas e normas adequadas. Por exemplo, a Etiópia ofereceu à sua diáspora os mesmos benefícios e direitos que os investidores nacionais através da emissão de cartões amarelos (os bilhetes de identidade de origem etíope). Além disso, a Etiópia introduziu incentivos ao investimento para a sua diáspora, tais como isenções de direitos sobre bens importados e descontos nas tarifas aéreas para os intervenientes no desenvolvimento da diáspora e os empresários da diáspora^{xiii}. Outros países africanos, incluindo Gana, Gâmbia, Marrocos e Senegal, têm incentivos diferentes dos concedidos a IDE para investidores da diáspora, incluindo benefícios fiscais, subsídios, cofinanciamento e garantias de empréstimo. A Nigéria criou uma Comissão da Diáspora para atender às necessidades da diáspora do país. Além disso, a diáspora pode também aumentar os fluxos de investimento nos países de origem, promovendo os investimentos dos países de residência, uma vez que possuem informações importantes que podem ajudar a identificar oportunidades de investimento e facilitar o cumprimento dos requisitos regulamentares. As competências linguísticas e outros antecedentes culturais semelhantes também contribuem significativamente para a rentabilidade do investimento em países desconhecidos. Os investidores também podem melhorar a sua rentabilidade utilizando a experiência de um membro da diáspora. Além disso, as diásporas podem estar mais dispostas do que outros investidores a

assumir riscos no seu país de origem, porque estão melhor colocadas para avaliar oportunidades de investimento e possuem contatos para facilitar este processo.

2.3 Investigação, inovação, conhecimento e partilha de tecnologia

As diásporas são cada vez mais vistas como um recurso para a partilha eficaz de conhecimento e tecnologia, incluindo o desenvolvimento de capacidades nos países de origem. No âmbito da transferência de conhecimento, reconhece-se que a confiança e a cultura são elementos críticos. As diferenças de crenças, valores e práticas entre os cedentes e os cessionários podem criar obstáculos à transferência de conhecimento, a menos que sejam identificados e harmonizados^{xvii}. Assim, a diáspora pode desempenhar um papel único na transferência de conhecimento e no codesenvolvimento de capacidades nos seus países de origem, onde os seus membros são conhecedores dos contextos locais e subsequentemente mais rapidamente obtêm a confiança dos seus colegas. Além disso, um número crescente de investigadores sugere que as diásporas qualificadas e as redes dos países no estrangeiro são um importante reservatório de conhecimento. Podem contribuir para o desenvolvimento de capacidades através de organizações da diáspora no país de acolhimento, de políticas e programas de participação da diáspora a nível do Estado e de programas estabelecidos por organizações internacionais.

2.4 Circulação de cérebros.

Há uma visão crescente de que os migrantes que regressam podem trazer de volta novos conhecimentos, competências e *know-how* e conexões. Estudos recentes apontam para a presença de importantes externalidades da diáspora na transferência de conhecimento e tecnologia e na difusão de valores democráticos e normas sociais e culturais e na melhoria das instituições políticas nos países de origem^{xviii xix}. O fluxo triangular de talentos humanos pode, assim, conduzir a uma situação vantajosa para todos, uma vez que tanto os países destinatários como os países de origem beneficiam simultaneamente do mesmo conjunto de talentos humanos. Uma tal circulação de competências poderia abrir novas perspectivas para os países africanos numa época de globalização incontornável. O incentivo à “mobilidade circular” ou migração de curto prazo por alguns países do Norte permite que os estrangeiros trabalhem e se especializem nas suas vocações por alguns anos antes de retornar ao seu país de origem, incentivando assim a circulação de cérebros, o que poderia promover o desenvolvimento sustentável. Os migrantes que regressam aos seus países de origem teriam adquirido recursos financeiros, experiência de trabalho e capacidades específicas no estrangeiro, que podem utilizar nas suas economias nacionais, tornando-se motores da inovação, do emprego e do crescimento económico^{xx}.

3. OBJETIVOS

O diálogo sobre políticas G-CoP tem como objetivo reunir líderes de pensamento da Diáspora Africana, especialistas globais certificados, instituições globais e especialistas africanos para discutir políticas, estratégias e instrumentos implementáveis para aproveitar a diáspora africana para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. A ocasião também proporcionará uma oportunidade para o Banco abrir um canal de diálogo direto com a diáspora africana sobre como melhor colaborar para trazer soluções duradouras para os desafios do desenvolvimento no continente. Especificamente, o diálogo irá concentrar-se em abordar as seguintes questões:

1. O que é necessário fazer para que as remessas de fundos funcionem para o desenvolvimento da África?

2. O que poderia ser feito pelos governos africanos para melhor canalizar as remessas para investimentos produtivos, projetos de desenvolvimento e otimizar o seu impacto no desenvolvimento? Qual é o papel das emissões de obrigações da diáspora a este respeito?
3. Como fazer das obrigações da diáspora um veículo de investimento preferido para projetos de desenvolvimento africanos? Como é que a diáspora pode envolver-se significativamente em relações mutuamente benéficas com os seus países de origem, para além de simples apelos ao patriotismo?
4. Que políticas podem ser postas em prática para promover o comércio e o investimento por parte da diáspora?
5. Que políticas, estratégias e incentivos devem ser postos em prática para proporcionar oportunidades para a circulação de cérebros para inverter os impactos negativos da migração nas economias africanas?
6. Como é que a África pode aproveitar a sua diáspora para aumentar a mobilidade de talentos, a partilha de conhecimento e tecnologia, e as remessas ligadas a projetos de desenvolvimento?
7. Que incentivos políticos são necessários para premiar adequadamente o investimento na formação de capital humano fornecido aos migrantes altamente qualificados pelos países de origem?
8. Que estratégias e quadro institucional devem ser implementados pelos governos africanos para institucionalizar o diálogo e o envolvimento com a diáspora africana?
9. Que soluções políticas os governos africanos devem implementar para integrar a diáspora para facilitar e promover investimentos produtivos e sustentáveis da diáspora em África? Como é que os países podem alavancar a diáspora como promotores da criação de empresas locais e da criação de emprego em África?
10. Qual é o papel das instituições multilaterais de desenvolvimento, por exemplo, o Banco Africano de Desenvolvimento, no trabalho com a diáspora através do comércio e do investimento, do financiamento de projetos de desenvolvimento e de transferências técnicas para assegurar que as remessas funcionam para o desenvolvimento de África?

4. IMPLEMENTAÇÃO

O diálogo sobre políticas será organizado no âmbito da Comunidade Mundial de Práticas (G-CoP) sobre as respostas políticas para melhorar a situação em África após a COVID-19. O Instituto tem abordado as instituições parceiras, incluindo a Comissão da União Africana (CUA), os Estados-Membros da União Africana e as principais organizações e redes da diáspora em todos os continentes, incluindo Europa, América do Norte, Ásia e Austrália, África, América do Sul e a Antártida, para colaborar no diálogo e coproduzir produtos de conhecimento relevantes para as políticas com soluções tangíveis implementáveis. Todas as contribuições individuais para o diálogo serão tratadas de acordo com as Regras de Chatham House.

O diálogo terá início com uma sessão plenária em 1 de dezembro de 2022, que contará com os discursos principais de S. Ex.^a Dr. Akinwumi Adesina, Presidente do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento e de S. Ex.^a Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana; seguida de um diálogo de alto nível entre os líderes mundiais. Subsequentemente, realizar-se-ão sessões de debate centradas em áreas temáticas fundamentais, incluindo a titularização de remessas, as obrigações da diáspora, a promoção do comércio e do investimento, o desenvolvimento de capacidades, a partilha de conhecimento e tecnologia e a circulação de cérebros. As questões críticas descritas no documento de síntese orientarão o diálogo para identificar ações tangíveis

implementáveis sobre como alavancar a Diáspora Africana para o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável em África.

As instituições colaboradoras irão convocar uma reunião presencial da Diáspora Africana nas suas cidades na mesma data e hora do evento. Todas as convenções físicas nas várias cidades e instituições parceiras em diferentes países serão transmitidas em direto para a convenção física pelo Banco Africano de Desenvolvimento na sua sede em Abidjan, Costa do Marfim e pela Comissão da União Africana na sua sede em Addis Abeba, Etiópia, respetivamente.

O resultado do diálogo serão resumos de políticas que sintetizem os principais pilares estratégicos de ações e instrumentos críticos para o envolvimento do Banco com a diáspora africana e as respostas políticas dos países membros regionais do Banco à diáspora africana para acelerar o crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2063 em África.

5. PARTICIPAÇÃO

A participação no diálogo sobre políticas G-CoP está aberta a todos os delegados registados de África e de todo o mundo. Além disso, um grupo seletivo de instituições âncora, especialistas globais e profissionais receberão convites como líderes de discussão / iniciadores de conversa e participantes do diálogo. Os líderes das discussões fornecerão um texto breve abordando cada questão antes do diálogo e fornecerão comentários iniciais de 5 minutos para iniciar a conversa.

O diálogo sobre políticas será realizado num formato híbrido. Realizar-se-ão reuniões físicas em Abidjan, na Costa do Marfim, organizadas pelo Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, em Adis Abeba, organizadas pela Comissão da União Africana, e em várias cidades em todo o mundo, que serão organizadas pelas Instituições Parceiras – nos EUA, Austrália, Reino Unido, Japão, etc., todas transmitidas em direto para Abidjan para permitir um diálogo unificado no mesmo dia. Todos os participantes dos setores público e privado, o meio académico, a sociedade civil, os jovens e as mulheres são encorajados a se inscrever no evento.



Participar no diálogo sobre políticas do G-CoP sobre “*Desenvolvimento sem fronteiras: Alavancando a Diáspora Africana para o Crescimento Inclusivo e o Desenvolvimento Sustentável em África.*”, [clique aqui](#) para se registar. Também pode registar-se através do seu smartphone ou tablet lendo o código QR

RSVP: Por email enviado para adigcop@afdb.org

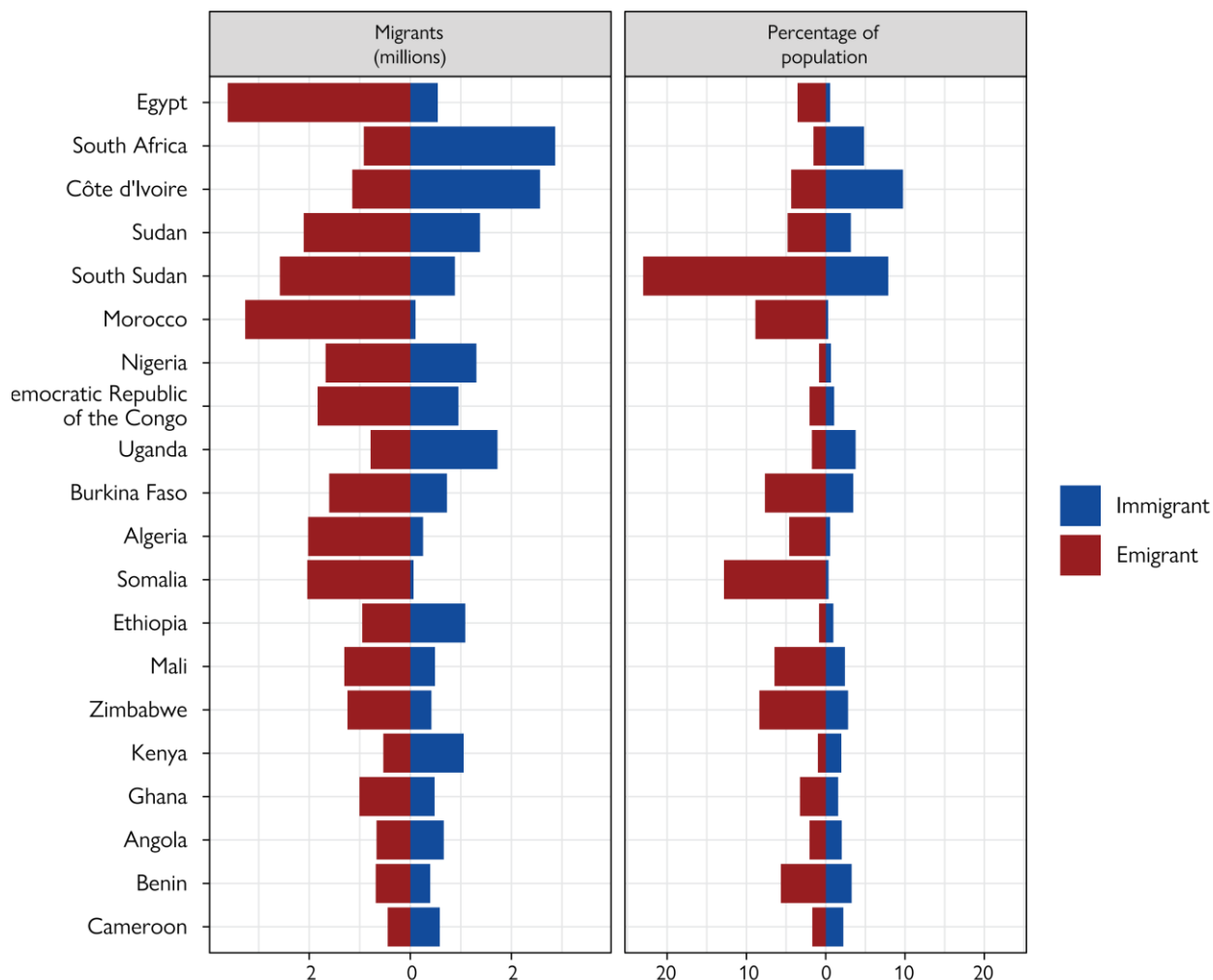
Prof. Kevin Chika Urama, FAAS,

Economista-chefe interino/VP || Complexo de Governação Económica e Gestão do Conhecimento.

Diretor Sénior || Instituto Africano de Desenvolvimento

[Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento](#) .

Anexo 1: Os 20 principais países de migrantes africanos, 2020²



Fonte: Relatório Mundial sobre as Migrações, 2022

Bibliografia

ⁱ União Africana, *Revised Migration Policy Framework for Africa (2018-2027)*, acedido:

https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/32718-wd-english_revised_au_migration_policy_framework_for_africa.pdf

ⁱⁱ Organização Internacional para as Migrações, Relatório Mundial sobre as Migrações, 2022

ⁱⁱⁱ *Population Facts: Youth population trends and sustainable development*, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU, Divisão Populacional. Maio de 2015.

^{iv} Adegoke, Yinka. *The youngest continent will keep being run by its oldest leaders*.

^v https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Images/high_5s/Job_youth_Africa_Job_youth_Africa.pdf

^{vi} Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, 2020: *Matrix of Policy Options*. In: *Building Resilient Health Systems: Policies for Inclusive Health Systems in post- COVID-19 Africa*. Contribuições da Comunidade Global de Práticas do Instituto Africano de Desenvolvimento sobre Estratégias de Resposta à COVID-19 em África [Urama, K.C; Ogunleye, E.K. e Wabiri, N(eds.)]. Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, Costa do Marfim

^{vii} Fundação Mo Ibrahim, 2018

^{viii} *African Union Capacity Development Plan Framework*

²“Imigrante” refere-se a migrantes nascidos no estrangeiro que residem no país. “Emigrante” refere-se a pessoas nascidas no país que residiam fora do seu país de nascimento em 2021

-
- ^{ix} Perspectivas Económicas em África, 2022
- ^x Knomad, Banco Mundial, maio de 2022
- ^{xi} Banco Mundial, 2006.
- ^{xii} Organização Internacional para as Migrações, Relatório Mundial sobre as Migrações 2020
- ^{xiii} Banco Mundial, *Migration and Development Brief* 36, maio de 2022
- ^{xiv} Abebe Shimeles, “Diaspora Bonds and Securitization of Remittances for Africa’s Development”, *AfDB Africa Economic Brief*, Vol. 1 N. 7, dezembro de 2010. www.afdb.org
- ^{xv} *ibid.*
- ^{xvi} Light, Ivan, M. Zhou, e R. Kim. 2002. “Transnationalism and American Exports in an English-Speaking World.” *International Migration Review* 36 (3): 702–25.
- ^{xvii} Narteh, B. (2008). “Knowledge transfer in developed- developing country interfirm collaborations: a conceptual framework.” *Journal of Knowledge Management* 12(1): 78-91
- ^{xviii} Agrawal, A., Kapur, D., McHale, J., Oettl, A., (2011). ‘Brain drain or brain bank? The impact of skilled emigration on poor-country innovation.’ *Journal of Urban Economics* 69, 43–55.
- ^{xix} Docquier, F., Lodigiani, E., Rapoport, H., & Schiff, M. (2016). Emigration and democracy. *Journal of Development Economics*, 120, 209–223.
- ^{xx} Sonia P. e Dilip R, (eds), 2011, “Diaspora for Development in Africa”, *The World Bank*, Washington D.C.